



**ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO**

APOSTILA Nº. 01 AO CONTRATO 036/2013-MP/PA

**O EXMO. SR. MANOEL SANTINO NASCIMENTO
JUNIOR, PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, E.E.,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, RESOLVE:**

EXPEDIR a presente apostila ao Contrato 036/2013-MP/PA, cujo objeto é a contratação de serviços de chaveiro, firmado entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ** e a empresa **SILVIA L M LEITE - ME**, para registrar:

I – Alteração do Elemento de Despesa na Cláusula Sétima do Contrato, conforme descrição abaixo:

Elemento de Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.

Esta apostila é parte integrante do instrumento supramencionado.

Belém/Pa, 11 de ~~NOVEMBRO~~ de 2014

MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR
Ministério Público do Estado do Pará
Procurador-Geral de Justiça, e.e.

Contratado: WR DE OLIVEIRA SERVIÇOS E COMÉRCIO EPP
Endereço: Av. Mantinho Monteiro, Bairro: Murinim, 320A
CEP: 68795-000 - Benevides/PA
Email: w21modulados@gmail.com
Telefone: 9132457078
Ordenador: MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

APOSTILAMENTO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 768279

Número: 2
Assinatura: 11/11/2014
Valor: 0,00
Justificativa: ALTERAÇÃO DE DADOS BANCÁRIOS
Contrato: 43/2014
Ordenador: MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

DISPENSA DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 768298

Dispensa: 42/2014
Data: 11/11/2014
Valor: 2.990,00
Objeto: Aquisição de 650 (seiscentos e cinquenta) garrafas de água mineral de 20 litros.
Fundamento Legal: Artigo 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93.
Data de Ratificação: 11/11/2014
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
03122129745340000 339030 0101000000 Estadual
Contratado(s):
Nome: RAMALHEIRO & RAMALHEIRO LTDA
Endereço: R. Galdino Veloso, Bairro: Centro, 425
CEP: 68005-070 - Santarém/PA
Email: juridico@redecr.com.br
Telefone: 9335292554
Ordenador: MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

APOSTILAMENTO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 768299

Número: 1
Assinatura: 11/11/2014
Valor: 0,00
Justificativa: ALTERAÇÃO DE ELEMENTO DE DESPESA
Contrato: 36/2013
Ordenador: MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

AVISO DE CONVOCAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 768435

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, considerando a homologação do resultado final divulgado no Edital nº 13/2013-MP/PA, de 29/4/2013, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 2/5/2013 e o Edital nº 10/2013-MP/PA, de 15/2/2013, publicado no DOE de 18/2/2013, que tornou público o resultado final do concurso, CONVOCA os candidatos aprovados, relacionados no Anexo I deste Aviso, no Concurso de Ingresso para Cargos Efetivos de Nível Médio do Ministério Público do Estado do Pará, para apresentarem obrigatoriamente a documentação constante do Anexo II deste Aviso, no Departamento de Recursos Humanos (DRH), no Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará, na Rua João Diogo, nº 100 (em frente à Praça Felipe Patroni), no horário de 14h às 17h, sob pena de serem considerados desistentes, conforme o disposto no item 15.5 do Edital nº 001/2012-MP/PA, de 21/7/2012.
Belém, 11 de novembro de 2014.
MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça, e.e.

ANEXO I
CARGO : AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO
REGIÃO ADM SUDOESTE I

026213, KEYLLA BARBOSA COSTA, 69,00, 10 / 043610,
NADIR REGINA ASSIS DE BARROS, 68,00, 11
CARGO : AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO - REGIÃO ADM
TOCANTINS E MARAJÓ
063116, ALAN PALHETA DELGADO, 69,50, 17 / 043917,
REINALDO OLIVEIRA DA COSTA, 69,50, 18

ANEXO II

Apenas os candidatos aprovados, relacionados no anexo I deste Aviso, deverão comparecer para a entrega dos documentos abaixo relacionados no Ministério Público do Estado do Pará (Departamento de Recursos Humanos), na Rua João Diogo, 100- Cidade Velha - Belém/PA CEP: 66015-165 ou enviá-los via Correios-Sedex. Caso a forma de envio seja por meio dos Correios-Sedex, os documentos, que sejam cópias, deverão ser autenticados.

Documentos obrigatórios exigidos no item 15.6 do Edital nº 001/2012-MP:

1. Folhas corridas da justiça comum (federal e estadual) e da justiça militar (federal e estadual), expedidas por órgãos com jurisdição no(s) local (ais) de residência do candidato, nos últimos 5 (cinco) anos. As certidões (originais) deverão abranger ações penais;

2. Atestados (originais) de antecedentes das polícias federal e estadual;
3. Título de eleitor e do comprovante de votação no último pleito eleitoral, nos dois turnos, se for o caso (original e cópia);
4. CPF (original e cópia)
5. Prova de quitação com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino (original e cópia);
6. Instrumento de mandado, contendo poderes e finalidades específicos, para apresentar a documentação exigida, se for o caso;
7. Certidão de comprovação de servidor público, se for o caso;
8. Atestado de saúde física e mental, onde conste que o (a) candidato (a) está apto ao exercício do cargo público a que concorre (originais);
9. *Curriculum Vitae*, conforme modelo do anexo V, do Edital nº 001/2012-MP, com as devidas comprovações (original e cópia), com a inclusão de e-mail para contato;
10. Declaração sob as penas da lei que não responde a processo administrativo disciplinar ou nem tenha sido condenado com a pena de demissão simples ou a bem do serviço público, destituição de cargo ou função comissionada e rescisão de contrato temporário por falta funcional grave prevista nos regimes jurídicos de servidores públicos;
- Documentos para apresentar até o dia da posse:
11. RG (original e cópia);
12. Cadastro PIS/PASEP;
13. Certificado de escolaridade (original e cópia) exigida para o cargo;
14. 3 (três) fotos 3x4;
15. Comprovante do tipo sanguíneo e fator RH (original);
16. Comprovante de residência (original e cópia);
17. Certidão de casamento (original e cópia) ou união estável (original e cópia), se for o caso;
18. Certidão de nascimento dos dependentes (original e cópia), se houver;
19. Declaração de que não participa de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercício de comércio, nos termos do art. 178, VII e IX da Lei Estadual nº 5.810/1994;
20. Declaração negativa de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública;
21. Declaração de bens ou apresentação da fotocópia do Imposto de Renda;
22. Declaração de parentesco;
23. Declaração de vedação ao exercício da advocacia, se for o caso.

AVISO

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, considerando a homologação do resultado final divulgado no Edital nº 19/2013-MP/PA, de 8/7/2013, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 9/7/2013 e o Edital nº 18/2013-MP/PA, de 20/6/2013, publicado no DOE de 21/6/2013, que tornou público o resultado final do concurso, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso de Ingresso para Cargos Efetivos de Nível Superior do Ministério Público do Estado do Pará, relacionados no anexo I deste Aviso, para apresentarem obrigatoriamente a documentação constante do Anexo II deste aviso, no Departamento de Recursos Humanos, localizado no Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará, na Rua João Diogo, nº 100 (em frente à Praça Felipe Patroni), no horário de 14h às 17h, sob pena de ser considerado desistente, conforme o disposto no item 15.5 do Edital nº 001/2012-MP/PA, de 21/7/2012.
Belém, 11 de novembro de 2014.
MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça, e.e.

ANEXO I

CARGO : ANALISTA JURÍDICO - REGIÃO ADM BELEM I
036479, VICTOR CLAUDIO ARAUJO PIZANCO DA SILVA, 74,25,
160 / 005355, CLOVIS DA SILVA FERRINA, 51,50, 1379, pcd
CARGO : TÉCNICO - CONTADOR - REGIÃO ADM BELEM I
010541, ANA PAULA MOREIRA SERRA, 68,50, 6

ANEXO II

Apenas os candidatos classificados e aprovados, relacionados no Anexo I deste Aviso, deverão comparecer para a entrega dos documentos abaixo relacionados no Ministério Público do Estado do Pará (Departamento de Recursos Humanos), na Rua João Diogo, 100- Cidade Velha - Belém/PA CEP: 66015-165 ou enviá-los via Correios-Sedex. Caso a forma de envio seja por meio dos Correios-Sedex, os documentos, que sejam cópias, deverão ser autenticados.

Documentos obrigatórios exigidos no item 15.6 do Edital nº 001/2012-MP:

1. Folhas corridas da justiça comum (federal e estadual) e da justiça militar (federal e estadual), expedidas por órgãos com jurisdição no(s) local (ais) de residência do candidato, nos últimos 5 (cinco) anos. As certidões (originais) deverão abranger ações penais;

2. Atestados (originais) de antecedentes das polícias federal e estadual;
3. Título de eleitor e do comprovante de votação no último pleito eleitoral, nos dois turnos, se for o caso (original e cópia);
4. CPF (original e cópia)
5. Prova de quitação com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino (original e cópia);
6. Instrumento de mandado, contendo poderes e finalidades específicos, para apresentar a documentação exigida, se for o caso;
7. Certidão de comprovação de servidor público, se for o caso;
8. Atestado de saúde física e mental, onde conste que o (a) candidato (a) está apto ao exercício do cargo público a que concorre (originais);
9. *Curriculum Vitae*, conforme modelo do anexo V, do Edital nº 001/2012-MP, com as devidas comprovações (original e cópia), com a inclusão de e-mail para contato;
10. Declaração sob as penas da lei que não responde a processo administrativo disciplinar ou nem tenha sido condenado com a pena de demissão simples ou a bem do serviço público, destituição de cargo ou função comissionada e rescisão de contrato temporário por falta funcional grave prevista nos regimes jurídicos de servidores públicos (modelo do Ministério Público a ser entregue no ato da apresentação dos documentos contidos no Anexo II);

ANEXO III

Documentos para apresentar até o dia da posse:

11. RG (original e cópia);
12. Cadastro PIS/PASEP;
13. Certificado de escolaridade (original e cópia) exigida para o cargo;
14. 3 (três) fotos 3x4;
15. Comprovante do tipo sanguíneo e fator RH (original);
16. Comprovante de residência (original e cópia);
17. Certidão de casamento (original e cópia) ou união estável (original e cópia), se for o caso;
18. Certidão de nascimento dos dependentes (original e cópia), se houver;
19. Declaração de que não participa de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercício de comércio, nos termos do art. 178, VII e IX da Lei Estadual nº 5.810/1994 (formulário do Ministério Público a ser entregue no ato da apresentação dos documentos contidos no Anexo II);
20. Declaração negativa de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública (formulário do Ministério Público a ser entregue no ato da apresentação dos documentos contidos no Anexo II);
21. Declaração de bens (formulário do Ministério Público a ser entregue no ato da apresentação dos documentos contidos no Anexo II) ou apresentação da fotocópia do Imposto de Renda;
22. Declaração de parentesco (formulário do Ministério Público a ser entregue no ato da apresentação dos documentos contidos no Anexo II);
23. Declaração de vedação ao exercício da advocacia, se for o caso (formulário do Ministério Público a ser entregue no ato da apresentação dos documentos contidos no Anexo II).

AVISO DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 768544
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

Número: 66/2014
Objeto: Aquisição de Transformador
Entrega do Edital: nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.mppa.mp.br.
Observação: UASG: 925980 HORÁRIO: 09h (NOVE) HORAS - HORÁRIO LOCAL, 10h (DEZ) HORAS - HORÁRIO BRASÍLIA
Responsável pelo certame: LAYS FAVACHO BASTOS
Local de Abertura: www.comprasgovernamentais.gov.br
Data da Abertura: 26/11/2014
Hora da Abertura: 10:00

Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
03122135764640000 449052 0101000000 Estadual
Ordenador: MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 768637
RESOLUÇÃO Nº 012/2014-CPJ, DE 6
DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre os processos para concessão de segurança pessoal aos membros e servidores do Ministério Público do Estado do Pará em situação de risco em razão do exercício funcional e dá outras providências.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais; e
CONSIDERANDO o teor da RESOLUÇÃO Nº 116, de 6 de outubro de 2014, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que

